



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 346 -----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Manuel José Santos Pinho, e secretariada pela Primeira Secretária, Senhora Maria Lúcia Braga Araújo, e pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, Arménio de Almeida Cerca, em substituição da Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Tomada de posse de um membro do Conselho Municipal de Segurança"*;-----

----- Ponto dois: *"Apreciação e votação das atas números trezentos e quarenta e quatro (344) e trezentos e quarenta e cinco (345), nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"*;-----

----- Ponto três: *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do artigo 35.º, do RAMA"*;-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA"*;-----

----- Ponto dois: *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia, para o ano dois mil e vinte (2020), de acordo com o estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA"*;-----

----- Ponto três: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 1, e no n.º 4, ambos do artigo 3.º, do RAMA"*;-----

----- Ponto quatro: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Anadia, nos termos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro"*;-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 37.º do RAMA.*-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP;-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP;-----

----- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD;-----

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP;-----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP, substituído por Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP, substituída por Luís Manuel da Silva Ferreira;-----
- • Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves – GM do PPD/PSD;-----
- • Arménio de Almeida Cêrca – GM do MIAP;-----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP;-----
- • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do PPD/PSD;-----
- • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP;-----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP;-----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – CDS/PP;-----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP;-----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP;-----
- • Filipa Cardoso Tomás – GM do PPD/PSD.-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP.-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – PNT – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos;-----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro;-----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores;-----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente;-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vereador;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora.-----
- • Anabela Fernandes de Melo – PPD/PSD – Vereadora;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Ricardo César Galante Oliveira Mão – MIAP – Vereador.-----

----- Apresentados os cumprimentos aos presentes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar nota dos pedidos de substituição, com base no artigo décimo segundo do RAMA, apresentados pela Senhora Deputada, Maria Alexandra Ferreira Henriques, e pelo Senhor Deputado, Aníbal José Franco Ferreira, ambos do MIAP, os quais informaram que se fariam substituir, nos termos do artigo décimo sexto do mesmo Regimento, respetivamente, por Luís Manuel da Silva Ferreira e por Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes. Os pedidos foram aceites nos termos dos artigos décimo sexto e décimo sétimo do mesmo RAMA, e foi verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa, confirmada a presença de vinte e sete Senhoras e Senhores Deputados Municipais na sala, a sua legitimidade, e constatada a existência de quórum, conforme previsto no número um, do artigo trigésimo segundo do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, do dia doze de dezembro de dois mil e dezanove, quando eram catorze horas e quarenta e sete minutos, a qual anunciou ter sido convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA, e cuja organização de trabalhos observaria o preceituado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do sobredito Regimento.-----

----- Atendendo ao facto de um dos pedidos de substituição ter sido apresentado pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando cumprimento ao disposto no artigo quinto do RAMA, designou o Senhor Presidente designou o Senhor Deputado Arménio de Almeida Cêrca para exercer essa função.-----

----- Antes de passar à ordem de trabalhos aprovada pela Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente informou o plenário de que se encontrava disponível para consulta toda a correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia Municipal, no hiato temporal que decorreu entre as duas sessões, conforme preceituado na alínea s), do número um, do artigo vigésimo primeiro do RAMA.-----

----- Apresentada a informação relativa às presenças e procedimentos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de antes da ordem do dia, informando que, de seguida, iriam passar ao ponto um do mesmo: *"Tomada de posse de um membro do Conselho Municipal de Segurança"*.-----

----- Para o efeito, passou a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cêrca, a exercer as funções de coadjuvação da Mesa da Assembleia Municipal, que, na qualidade de redator, procedeu à leitura da respetiva ata de tomada de posse do membro do Conselho Municipal de Segurança, ao caso a cidadã Ana Maria Pires de Oliveira.-----

----- Concretizada a leitura da ata, e efetivada a tomada de posse do membro do Conselho Municipal de Segurança, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu tratar-se de uma formalidade que seria necessário cumprir, na medida em que, já há algum tempo, tinham aquele vazio, acrescentando que, logo que ocorreu a nomeação, a representante tinha sido convocada para tomar posse.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sublinhou, também, que se encontrava em falta um representante da área da saúde em temas tão importantes que, por vezes, são apresentados no Conselho Municipal de Segurança, concluindo que, apesar de decorridos dois anos de mandato, ainda teriam mais dois, pelo que aproveitou para dar as boas vindas à Senhora Dr.^a Ana Maria Pires de Oliveira, e para agradecer a disponibilidade para marcar presença.-----

----- No seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e dando continuidade aos trabalhos da sessão ordinária de doze de dezembro de dois mil e dezanove, passou, de imediato, a apresentar o ponto dois do período de antes da ordem do dia: *"Apreciação e votação das atas números trezentos e quarenta e quatro (344) e trezentos e quarenta e cinco (345), nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".*-----

----- Decorrida a votação da ata número trezentos e quarenta e quatro (344), respeitante à sessão extraordinária realizada no dia nove (09) de setembro de dois mil e dezanove (2019), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a ata em questão tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e três abstenções, da Senhora Deputada do Grupo Municipal do MIAP, Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, Luís Manuel da Silva Ferreira. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo, e o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo.-----

----- Anunciado o resultado da votação da ata número trezentos e quarenta e quatro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à consideração das Senhoras e dos Senhores Deputados a ata número trezentos e quarenta e cinco (345), respeitante à sessão ordinária realizada no dia vinte e sete (27) de setembro de dois mil e dezanove (2019), constante daquele segundo ponto do período de antes da ordem do dia. Decorrida a votação da ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, da Senhora Deputada do Grupo Municipal do MIAP, Maria da Graça Cerveira dos Santos Soares Marques Nunes, e do Senhor Deputado do mesmo Grupo Municipal, Luís Manuel da Silva Ferreira. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo, e o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo.-----

----- Votadas as atas constantes do ponto dois do período de antes da ordem do dia, e anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto três daquele período.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar conta e fazer uma súmula da sua presença no colóquio organizado pela AEDREL e pela Universidade de Aveiro, subordinado ao tema "A centralização/descentralização em Portugal: as tarefas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

locais, regionais e nacionais na Administração Pública”, nos termos que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- “Foram palestrantes várias individualidades de elevado prestígio, em representação das Universidades de Aveiro, Lisboa, Coimbra, Minho, Porto e UTAD, bem como da AEDREL, em que estiveram presentes figuras como Vital Moreira, Valente de Oliveira, João Ferrão, Júlio Pedrosa, Fernanda Paula de Oliveira, António Cândido de Oliveira, Paulo Jorge Ferreira, Filipe Teles e António Rebordão Montalvo, que abordaram os assuntos dos quais extraio as seguintes considerações:-----

----- Tendo em conta a Lei n.º 50/2018, Lei-quadro da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, com fundamento no princípio da subsidiariedade e da descentralização administrativa, e da autonomia do poder local, revelam-se, desde logo, algumas reservas, atendendo ao que consta no artigo trigésimo da referida Lei, onde se refere que as transferências para as CIM só poderão ser assumidas se os Municípios acordarem. De referir que as autarquias são os Municípios, as Freguesias e as Regiões Administrativas.-----

----- Constatou-se a fragilidade técnica dos Municípios, que não foi tida em conta, bem como a sua diferenciação, quer na vertente populacional, quer na sua natureza rural, urbana ou metropolitana, quer na análise da sua vertente económica, veja-se a pertinência dos GAT.-----

----- Verifica-se a realidade da inexistência no edifício do poder, de um poder intermédio, infra central e supra local. E aqui põe-se a questão: como preencher o vazio? E interrogam-se através de regiões, de províncias, de distritos, reclassificando as CCDR, aproveitando as NUT, dando mais poder às Áreas Metropolitanas. Ouviram-se frases como: “é preciso ter em conta as especificidades e o conhecimento acumulado”, ou “os níveis de governação devem garantir a eficiência, a estabilidade, os recursos e a fiscalização de uma procura de qualidade”. Questionou-se se esta descentralização é reforço ou esforço das autarquias locais. Unanimidade houve em considerar a necessidade da existência de um poder intermédio, com legitimidade democrática, e que seja portador de cariz identitário.-----

----- De realçar, também, a necessidade sentida na promoção de informação séria e cabal que possibilite a adesão sem medo do desconhecido, isto é, da porta fechada e de forma comprometida. Ficou a promessa de continuação na abordagem destes temas. Última palavra dita: em dois mil e vinte e um veremos.”-----

----- Concretizada a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e com enquadramento no ponto três do período de antes da ordem do dia, intervieram:-----

----- - o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Veiga, que aproveitou para dar o *feedback* da realização, nos dias vinte e nove e trinta de novembro últimos, em Vila Real, do XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sob o tema “Descentralizar, regionalizar, melhor Portugal”, em que participaram o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal e ele próprio; realçou, também, a presença de mais de mil duzentos e vinte autarcas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de todo o país, cujas intervenções se centraram nas questões relativas à discussão política de consolidação da descentralização para chegar à regionalização, havendo, inclusive, quem defendesse um referendo para o efeito; destacou, ainda, as principais questões abordadas, relativas à demografia, à organização do território, à organização do Estado nas suas soluções essenciais, e a temática envolta ao estatuto dos eleitos locais, como ferramenta para a melhoria do regime democrático, uma vez que estes são muitas vezes maltratados, injustiçados e desprotegidos pelo estatuto atual; revelou, a concluir, a satisfação dos autarcas que participaram no Congresso;-----

----- o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que aproveitou o ensejo para suscitar aos Senhores Deputados Municipais que participem em eventos de idêntico cariz, e em representação municipal, que façam também uma súmula do que assistiram, e, eventualmente, dos assuntos tratados.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário da apresentação à Mesa de duas moções: uma do Grupo Municipal do MIAP, e outra do Senhor Deputado do PCP.-----

----- Concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que passou a ler a moção subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal, e que tem o teor que se reproduz:-----

----- "Urgência da construção de um nó de ligação à autoestrada A1 no concelho de Anadia. Os membros da Assembleia Municipal de Anadia abaixo assinados propõem, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal:-----

----- A autoestrada do norte, comumente designada de A1, teve o seu início de construção em mil novecentos e sessenta e um, e o seu *terminus* trinta anos depois, em mil novecentos e noventa e um.-----

----- Embora não tendo sido a primeira via com estas características a ser construída no nosso país, não existem dúvidas que constitui uma verdadeira espinha dorsal, estruturante da região mais populosa e economicamente mais dinâmica do país. É a via mais transitada, tendo havido, também por isso, a necessidade de ulterior construção de uma nova estrutura semelhante, em percurso paralelo, também entre as cidades de Lisboa e Porto.-----

----- São unânimes os autarcas e o tecido social e empresarial em considerar os elevados benefícios do atravessar desta via pelos seus territórios, quer no dinamismo de trocas culturais e civilizacionais, quer no económico, quantas vezes base e percurso daqueles.-----

----- Foi a pensar nestes benefícios que se planificou a geografia da sua localização, bem como a das suas entradas e saídas, elas, sim, o motor do desenvolvimento já referido.-----

----- Interrogamo-nos a validade de uma autoestrada atravessar um determinado território se ela apenas envolver o desconforto dos terrenos expropriados, ou o sistemático barulho dos veículos a passar.-----

----- Por isso, em Anadia há muito que nos questionamos como foi possível deixar o nosso município sem um nó de acesso à A1. Como foi possível que outros municípios tenham visto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

erros semelhantes serem corrigidos no passado recente, e o Município de Anadia continuar, apesar das suas inúmeras diligências junto das autoridades competentes, ignorado, tanto mais que o projeto apresentado é supramunicipal e destina-se a servir mais de cem mil habitantes.--

----- As plantas que anexamos a esta moção demonstram a dimensão da obra e a sua inserção na região, criando acesso não apenas para as áreas industriais do concelho de Anadia, mas também para os concelhos vizinhos.-----

----- Assim, e considerando que-----

----- - a Autoestrada do Norte é um fortíssimo veículo de desenvolvimento local e regional a que o Município de Anadia não pode ser impedido de aceder;-----

----- - o referido nó da Autoestrada é uma antiga pretensão da Câmara Municipal de Anadia, de ver criado um acesso direto desta importante via ao seu território, tendo sido esta intenção formalizada no âmbito do PDM (Plano Diretor Municipal) de Anadia, publicado em nove de agosto de mil novecentos e noventa e quatro, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 64/94, e posteriormente enquadrada no âmbito dos trabalhos do PROT – CL (Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral, em mil novecentos e noventa e sete), elaborados pela Comissão de Coordenação da Região Centro, e de novo reiterada na Primeira Revisão do PDM, publicada através do Aviso n.º 9333/2015, DR II Série, de vinte e um de agosto, passando a ter um interesse supramunicipal, uma vez que o Município de Oliveira do Bairro também enquadrou esta proposta no âmbito do processo de revisão do seu PDM;-----

----- - esta pretensão está ainda prevista como uma das principais prioridades propostas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, no âmbito do PIMTRA – Plano Intermunicipal de Transportes e Mobilidade da Região de Aveiro -, como uma solução supramunicipal para o desenvolvimento da região;-----

----- - a abertura do referido nó propiciará, ainda, o normal descongestionamento das Estradas Nacionais 1 e 235.-----

----- Os membros da Assembleia Municipal de Anadia, reunidos em sessão ordinária do referido órgão, a doze de dezembro de dois mil e dezanove, deliberaram:-----

----- 1. Solicitar ao Governo que ora entra em funções um definitivo e rápido olhar sobre este assunto;-----

----- 2. Relembrar aos membros do Governo, nomeadamente ao Senhor Primeiro Ministro e ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, que eles próprios entendem o país como um todo, e que, como esse todo, deve ter as mesmas oportunidades e os mesmos benefícios para que possa, em pé de igualdade, crescer de forma harmoniosa, ser capaz de captar cidadãos e empresas geradoras de melhores condições de vida, e, conseqüentemente, de maior felicidade;-

----- 3. Relembrar que o concelho de Anadia alberga estruturas desportivas de caráter mundial e olímpico, que necessitam, também elas, de melhores e mais seguras acessibilidades;-----

----- 4. Destacar que não podemos, de modo algum, continuar a ser ignorados por sucessivos governos, onde muitas vezes pautam os mesmos governantes, ao longo destes mais de vinte e cinco anos em que esta injustiça permanece;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 5. Dizer ao Governo que estamos atentos e disponíveis para outras formas de luta que eliminem esta desigualdade e injustiça, dizendo claramente que estaremos atentos a todas as iniciativas semelhantes, noutras regiões, que continuem a condicionar economicamente a solução da nossa pretensão.-----

----- Deliberaram, ainda, remeter esta moção a todas as entidades julgadas por convenientes, em especial:-----

----- Sua Excelência, o Senhor Presidente da República;-----

----- Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República;-----

----- Sua Excelência, o Senhor Primeiro Ministro;-----

----- Sua Excelência, o Ministro das Finanças;-----

----- Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação;-----

----- Sua Excelência, a Ministra da Coesão Territorial;-----

----- CCDDR Centro;-----

----- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;-----

----- Grupos Parlamentares e demais cidadãos com assento na Assembleia da República.”-----

----- Apresentada a moção subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal de Anadia, o Senhor Presidente submeteu a mesma à votação do plenário. Decorrida a votação, anunciou que a moção apresentada sob o tema “Urgência da construção de um nó de ligação à autoestrada A1 no concelho de Anadia” tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação não se encontrava presente o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael Timóteo.-----

----- Perante o requerimento apresentado à Mesa, para aprovação em minuta da Moção entretanto aprovada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o assunto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação não se encontrava presente o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael Timóteo.-----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cêrca, a exercer as funções de Segundo Secretário naquela sessão, que passou a ler a Moção apresentada pelo Senhor Deputado do PCP, Rui Bastos, a qual tem o teor que se passa a transcrever na íntegra:-----

----- “Moção. Pelo direito ao transporte público.-----

----- A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezanove constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público, mas, também, uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.-----

----- Preço máximo do passe social intermodal – seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de quarenta euros no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e de trinta euros nos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

limites de cada Município, é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de doze anos, a redução em cinquenta por cento para a população com mais de sessenta e cinco anos, e a implementação do passe família.-----

----- A CDU orgulha-se de, com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto, e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o país. Foi neste sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado, tendo proposto e feito aprovar um reforço de vinte e um milhões de euros à verba inicialmente inscrita, bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.-----

----- Considerando estes factos, e tendo presente que cabe aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;-----

----- Considerando que, para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os Municípios podem e devem considerar a afetação de meios, não só à redução do tarifário, como ao alargamento da oferta;-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Anadia delibera:-----

----- 1. Incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu Município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do passe para uso da rede de transporte público seja, respetivamente, de trinta e de quarenta euros;-----

----- 2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público, assegurando ainda a sua extensão gratuita até aos doze anos, e a redução para a população com mais de sessenta e cinco anos;-----

----- 3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;-----

----- 4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART, e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;-----

----- 5. Exigir da Administração Central, e do Governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei do Orçamento do Estado; ii) garantir que o Orçamento do Estado para dois mil e vinte consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à atualização da medida (em dois mil e dezanove a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de abril), quer por via do reforço real de meios financeiros.”-----

----- Lida a Moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez perceber que a Moção apresentada, e as particularidades que a mesma indicava, se enquadrava no contexto



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal, sublinhando, contudo, não ter qualquer desconfiança da bonomia da Moção.-----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que recordou tratar-se de uma Moção baseada em um assunto já exposto ao plenário, esclarecendo tratar-se de uma forma de a Assembleia Municipal fazer um *pressing* no sentido do cumprimento dos valores, da contemplação das questões dos jovens até aos doze anos e dos adultos com idade superior a sessenta e cinco anos, que se encontram previstas em projeto lei, e, de maior importância, a questão do número de carreiras, que poderia aumentar significativamente e em benefício da população local.-----

----- Na discussão do tema, intervieram ainda:-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que revelou ter algumas dúvidas quanto à questão discutida, porquanto Anadia não dispõe rede de transportes públicos, acrescentando que a implementação da questão na CIRA se reveste de alguma dificuldade, pelo facto de os valores serem muito baixos relativamente à procura; afirmou, ainda, que a moção apresentada lhe parece bastante generalista, por não se aplicar à realidade do concelho de Anadia, acrescido do facto de não se encontrar definido que, de futuro, o concelho teria uma rede de transportes semelhante à da cidade de Aveiro, concluindo, por isso, tratar-se de uma moção um pouco extemporânea; a finalizar, recordou que tem havido constrangimentos entre o que foi disponibilizado pelo Estado, aquilo que as empresas de Lisboa e do Porto colocaram à disposição, o que, entretanto, não serve para a generalidade do país, na medida em que não existe verba para todos, nem os pagamentos têm sido cumpridos tão atempadamente quanto desejado;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, tendo sublinhado que Anadia carece de transportes públicos, nos quais se incluem carreiras, mas também a CP, e reforçando o objetivo na apresentação da moção, no sentido de fazer um *pressing* perante a CIRA e o próprio Governo para que a medida, que considera útil para a população, especialmente os agregados mais carenciados, seja implementada, e para que ocorram os reforços financeiros, por forma a que a população beneficie de um serviço público de transportes;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que transmitiu não perceber a origem dos trinta ou quarenta euros, porquanto, não existindo qualquer rede de transportes, nem estando sequer prevista, como pode existir um passe social; aproveitou para recordar que a única cidade que dispõe de rede de transportes públicos, e que integra a CIRA, é a cidade de Aveiro; reforçou, entretanto, que o transporte público disponibilizado pelo Município de Anadia tem um custo médio de cinquenta cêntimos por pessoa, uma vez por semana, sublinhando, ainda, que o concelho não dispõe de rede de transportes públicos, e recordando que existe uma diferença entre o transporte escolar, assegurado pela Câmara Municipal, e uma eventual rede que, revelou, continua sem perceber de que forma será possível implementar economicamente, com o número de pessoas que residem em lugares dispersos do Município para que venha a funcionar;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para exercer o direito de resposta, esclarecendo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a moção versava dois tipos de transportes, nas vertentes pública e privada, e respetivo reforço; aproveitou para referir, também, que o transporte escolar não se aplica a estudantes universitários, pelo que reforçou que a moção tem por objetivo contemplar todas essas situações, esclarecendo, ainda, que o *pressing* é no sentido de aplicar os valores, previstos em Decreto, às carreiras existentes, e não de criar os transportes públicos;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que aproveitou para apresentar alguns esclarecimentos sobre o tema em discussão, nomeadamente quanto ao enquadramento da questão nas Comunidades Intermunicipais, implicações financeiras, aos procedimentos e negociações desenvolvidas, e quanto à realidade do concelho de Anadia;-----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que perguntou se poderia dizer que o Município de Anadia teria enviado as suas competências na área dos transportes a serem representadas pela CIRA;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu a questão apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;-----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para acrescentar que não deixa de ser uma delegação de competências na CIRA, ainda que não no âmbito dos Decretos-lei mais recentes, revelando que os esclarecimentos prestados se constituem pertinentes para que pudessem ter um quadro geral das realidades dos transportes públicos;-----

----- - o Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal se, o âmbito da delegação efetuada pelo Município de Anadia na CIRA, do direito de aquela entidade contratualizar o transporte público rodoviário de Anadia, existiria algum contrato contratualizado entre a CIRA e a Transdev para o serviço de transporte rodoviário de Anadia;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu a questão exposta pelo Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que afirmou que a moção apresentada poderia ser dividida em dois pontos: o que poderia acontecer no futuro, nomeadamente quanto à questão das novas carreiras, e o que se passa no presente, das carreiras existentes, e dos transportes já utilizados, e da aplicação de um passe às carreiras existentes, que poderá ser dependente da criação de novas carreiras, no âmbito dos novos concursos que se encontram a ser promovidos pela CIRA; concluiu, defendendo que não ficaria mal ao Município interceder, junto de quem de direito, sobre o assunto, funcionando como um *forcing*, não só para os transportes públicos, mas também para os privados, e reforçando que a moção frisava sobre as decisões tomadas pela CIRA e os transportes existentes;-----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, atendendo ao desfasamento temporal que decorreu da apresentação da moção, perguntou ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, se pretendia repensar a mesma, e se matinha a intenção de ser submetida a votação;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que reiterou a vontade de a moção ser votada, não deixando de manifestar a sua abertura para uma análise mais atempada, ou eventual



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reformulação de estratégia conjunta em comissão permanente;-----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que esclareceu a sugestão anteriormente apresentada, afirmando caber ao Senhor Deputado a decisão a tomar;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para perguntar se a oportunidade teria a ver com a questão do Orçamento de Estado, que ainda não tinha sido aprovado, ou com qualquer outra situação, até porque a temática em discussão não era nova, declarando considerar pertinente a sua votação em próxima sessão, por forma a assegurar a questão do Orçamento de Estado, mas não deixou de sublinhar a necessidade de esclarecimento das relações com a CIRA;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para acrescentar alguns esclarecimentos à temática em discussão;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que dirigiu uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se existiria mais algum passe possível de transportes públicos em funções, para além de um ferroviário entre as estações do concelho e Aveiro, Coimbra, ou qualquer outro destino;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à questão apresentada pelo Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que considerou que a principal questão residia em saber qual a aplicabilidade da moção, e, nesse sentido, considerou que, no momento, a aplicabilidade era muito reduzida, pelo que afirmou, a concluir, que, possivelmente, seria preferível adiar a moção para outra oportunidade;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para exercer o direito de resposta, sustentando que a estratégia da Senhora Presidente da Câmara Municipal poderia não ser alterada, mas antes vincada, no sentido de lutar para que ocorra um melhor entendimento na disparidade entre Comunidades Intermunicipais, porquanto o maior prejudicado dessa situação era o Município de Anadia.-----

----- Sem qualquer outro pedido para intervir no período de discussão da moção apresentada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, subordinada ao tema “Pelo direito ao transporte público”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação do plenário. Concluída a votação, anunciou que a mencionada moção tinha sido aprovada por maioria, com cinco votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e Filipa Cardoso Tomás, do Senhor Deputado do PCP, Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, e da Senhora Deputada do CDS-PP, Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, um voto contra, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, António Rafael das Neves Timóteo, e vinte e cinco abstenções, da Senhora Deputada do PNT, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Rodrigues Gaspar, Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, Victor Manuel Santiago Tavares.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, passando, desde logo, ao Período da Ordem do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dia.-----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA"*.-----

----- Com enquadramento no ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente, para fazer a apresentação da atividade da Câmara Municipal.-----

----- No período de apreciação e discussão do ponto um da ordem do dia, intervieram:-----

----- - o Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, que manifestou a sua preocupação relativamente ao cada vez maior estado de degradação em que se encontravam os edifícios das antigas escolas preparatória José Luciano de Castro e Secundária de Anadia; aproveitou para lamentar que as mesmas, que se encontravam situadas na sua Freguesia, atualmente, e de acordo com os limites geográficos aprovados, pertenciam a outra Freguesia, apesar de a matriz indicar Arcos; aproveitou, também, para relembrar que a Assembleia Municipal, em suas sessões ordinárias realizadas a vinte e seis de fevereiro de dois mil e dez, e a vinte e oito de fevereiro de dois mil e onze, votou a favor da atribuição de poderes necessários a quem, na altura, os pediu, para promover um estudo de avaliação dos imóveis com vista à celebração de um contrato de permuta entre os terrenos, no âmbito do qual seriam salvaguardados os interesses do Município, concluindo não se recordar, enquanto membro da Assembleia, de lhe ter chegado qualquer contrato, pelo que, em sua opinião, nada tinha sido conseguido; não deixou de lamentar, também, que a comunidade escolar tenha abandonado os edifícios sem salvaguardar a maior parte do seu espólio, algum adquirido com o apoio da Junta de Freguesia, nomeadamente tintas, ficheiros e arquivo, permitindo a circulação de fotos na praça pública; a concluir, pediu à Senhora Presidente para transmitir a situação atual, também para esclarecer algumas opiniões que são lançadas sem conhecimento de causa;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu nota do ponto de situação dos edifícios mencionados na intervenção concretizada pelo Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores;-----

----- - o Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que começou por partilhar a preocupação manifestada pelo Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, adiantando, contudo, que a questão da responsabilidade do espólio seria discutível; aproveitou a oportunidade para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal se alguma parte dos terrenos de ambas as escolas mencionadas seria propriedade do Município de Anadia;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à questão apresentada pelo Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- - o Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que, perante a preocupação manifestada quanto à necessidade de acautelar uma série de bens de ambos os edifícios, transmitiu que não lhe parecia muito correto que o Município de Anadia, atendendo ao interesse público que deveria prosseguir, e perante o conhecimento adquirido do que se passava, não atuasse, até à última instância, concluindo de toda a importância que o Município adotasse uma atitude diferente da que vinha tomando para com o Ministério da Educação;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que acrescentou alguns esclarecimentos relativamente à questão em apreciação;-----

----- - o Senhor Deputado António Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, para destacar as intervenções recentes na sua Freguesia, nomeadamente em duas Travessas do lugar de Vila Nova de Monsarros, e para deixar o agradecimento pelo facto de ter sido adjudicada, pelo Município de Anadia, a empreitada para construção do Parque de Vila Nova de Monsarros, que iria permitir a instalação de um parque infantil e demais equipamentos de lazer e recreio, e, assim, daria resposta a uma necessidade há muito reivindicada para a freguesia; aproveitou, ainda, para deixar alguns esclarecimentos sobre a questão da mudança de instalações da antiga Escola Secundária para as novas instalações, antecipando a sua disponibilidade para, dentro do possível, contribuir para melhorar o estado a que a situação chegou;-----

----- - o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, a respeito do tema das escolas, se a avaliação promovida teria em consideração o valor que seria necessário despende para retirar as coberturas de fibrocimento, concluindo que o problema das escolas vai muito para além da questão patrimonial e sentimental, na medida em que envolve uma questão muito mais grave, de saúde pública, que iria ter consequências muito graves, pelo que defendeu a adoção de medidas sérias;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que comentou e esclareceu as questões abordadas nas intervenções concretizadas pelos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, António Carvalho e António Rafael Timóteo;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que aproveitou para apresentar alguns esclarecimentos, e transmitir a sua opinião, sobre a questão das escolas, nomeadamente quanto à responsabilidade do espólio e do edificado; recordou, também, a intervenção da Câmara Municipal prevista para o edificado, no âmbito da ORU, que acaba por transportar algumas responsabilidades para o Município no destino a dar, nomeadamente nas negociações dos terrenos, mas também na questão do amianto; reconheceu que poderiam ser encetados acordos no sentido da retirada do espólio das escolas, e teceu, também, alguns comentários quanto à solução dos movimentos cívicos independentes, que considera importantes não apenas para a questão das escolas em particular, mas extensíveis a outras áreas de intervenção; por fim, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal se estaria disponível para apoiar o Agrupamento de Escolas no sentido da resolução definitiva do problema, na eventualidade de o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agrupamento de Escolas manifestar interesse e solicitar essa colaboração, e perguntou, ainda, sobre a Carta Educativa, qual o ponto de situação do processo;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que acrescentou esclarecimentos e respondeu às questões expostas pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que reforçou a questão sobre a disponibilidade da Câmara Municipal para continuar a colaborar com o Agrupamento de Escolas;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu uma resposta breve à questão apresentada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - a Senhora Deputada Ana Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP, que aproveitou para dar o seu testemunho relativamente à temática em apreciação, designadamente quanto à transição do espólio das antigas instalações para as novas, sublinhando sem querer colocar em causa as afirmações do Senhor Deputado Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP;----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, em oportunidade, perguntou à Senhora Presidente da Câmara Municipal se saberia que género de espólio ainda permanecia nas antigas instalações;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à questão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal se a regularização de pavimentos mencionada na informação disponibilizada estaria englobada no contrato celebrado em tempos com determinada empresa, que tinha por objeto, durante determinado tempo, haver um investimento nessa função, se ainda faltaria muito para o contrato terminar, ou se já teria acabado, e se a Senhora Presidente poderia facultar um valor aproximado relativamente a essa posição contratual da sua execução;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu as questões expostas pelo Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que, relativamente à informação prestada relativamente à participação de reuniões de trabalho inerente à programação cultural em rede na CIRA, perguntou à Senhora Presidente da Câmara Municipal se a rubrica constante do orçamento do ano anterior, respeitante a programação cultural em rede, mas que deixava de constar dos documentos previsionais que iriam apreciar para dois mil e vinte, seria similar à que a RIA estava a apresentar, e, se não, o porquê de ter desaparecido da atividade da Câmara Municipal;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para exercer o direito de resposta, para esclarecer que tinha dito que nas informações transmitidas pela Câmara Municipal, um dos pontos dizia respeito à participação em reuniões da CIRA, e tinha tentado fazer a ponte com a programação em rede, constatando que existia em dois mil e dezanove e que tinha deixado de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constar em dois mil e vinte, concluindo que a sua pergunta tinha por objetivo questionar da similaridade de ambos os projetos;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que acrescentou informação em consequência do direito de resposta exercido pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que, recuperando o tema das antigas escolas, transmitiu que gostaria, também, que fosse encontrado o espólio de coisas que fez e que foram destruídas, queimadas, e que nunca mais seriam recuperadas; sublinhou que assuntos tão sérios como aquele não devem ser resolvidos nas redes sociais, e lamentou o facto de algumas pessoas, com responsabilidade na gestão e no dinamismo da Escola Secundária, colocarem em causa o trabalho realizado pelos departamentos, pelos funcionários, de levar para as novas instalações tudo o que foi possível, ou que lhe mandaram levar; referiu, ainda, que atualmente o responsável pelos edifícios é o Tesouro português, mas, na altura da transição, em dois mil e onze, era o Ministério da Educação, que tinha, no concelho, responsáveis pela transição e pelos edifícios;-----

----- - a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, para apresentar duas questões, atinentes a resíduos sólidos e a sistema de rega automática: sobre a primeira, transmitiu que gostaria de perceber como funciona o serviço de higiene e limpeza dos contentores, nomeadamente se existe alguma periodicidade, e como é feita a gestão também no sentido da sua substituição; quanto à segunda, e tendo em conta a referência feita à instalação de sistema de rega automática controlada por *smartphone* e com sensores de chuva, que adiantou, desde logo, lhe parecia bastante interessante e satisfatório, e que, certamente, permitiria a diminuição de desperdício de água, disse que gostaria de saber se o mesmo já se encontraria em funcionamento, e, em caso afirmativo, qual o *feedback*;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que aproveitou a oportunidade para tecer algumas considerações sobre a temática abordada na intervenção concretizada pela Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, e passou a dar resposta às duas questões expostas;-----

----- - o Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação da requalificação da Estrada Nacional 336, o contrato celebrado e o tempo que estaria previsto para a realização das obras, sublinhando tratar-se de uma melhoria que reputou de muito significativa para as Freguesias de Avelãs de Cima e de Moita, e com a qual, adiantou, o Executivo da sua Freguesia muito se congratulava;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que apresentou os esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima;-----

----- - a Senhora Deputada Maria Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para expressar a sua preocupação quanto à falta de sensibilidade em relação ao problema dos lixos; transmitiu ter recorrido às redes sociais, não como uma crítica ou provocação, mas para alertar as pessoas para a falta de civismo que tem vindo a aumentar, em especial ao fim de semana, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sugeriu, a terminar, a colocação, em local estratégico, de um ecoponto de lixo seco, de maiores dimensões e de fácil acesso a toda a população, e a congregação de esforços no sentido de encontrar soluções por forma a minimizar o problema;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que teceu alguns comentários relativamente ao tema vertido na intervenção da Senhora Deputada Maria Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e aproveitou a oportunidade para acrescentar informação à questão oportunamente apresentada pelo Senhor Deputado João Gaspar, do mesmo Grupo Municipal;---

----- - o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da caixa multibanco a instalar no Passal, em Sangalhos; sobre a requalificação a decorrer nos entroncamentos na Rua do Comércio, e relativamente à Rua Padre Acúrcio, mais especificamente em frente à habitação do Senhor Armando Libório, constatou que a estrada necessita de uma intervenção, pelo que perguntou se a mesma iria ser intervencionada; em relação à aquisição de seis mil metros na Zona Industrial de Paraimo, e apesar de concordar com a ampliação dessa Zona Industrial, perguntou o que iria ser feito relativamente aos lotes que estão vendidos há muitos anos, porquanto existem deles, com mais de vinte anos, sem qualquer construção, perguntando, também, a esse respeito, o que poderia ser feito da parte da Câmara Municipal, e se o Regulamento preveria algo, concluindo que, em sua opinião, deveria ser concedido um prazo para os compradores investirem, caso contrário, os lotes deveriam reverter ao domínio camarário; quanto aos limites de freguesia, um tema já antigo, perguntou se foi desenvolvida qualquer diligência sobre a matéria; perguntou, ainda, a respeito do *Invest em Anadia*, se tinha sido realizado algum estudo sobre as empresas e empresários subsidiados nos anos dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, nomeadamente quanto ao valor de negócios registado nesse período, ao número de empregados, e se a medida estaria a ter um efeito positivo para o Município e para o concelho;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu às questões expostas pelo Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----

----- - a Senhora Deputada Maria Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, recuperando o tema exposto na sua anterior intervenção, disse que gostaria de conhecer a opinião da Senhora Presidente da Câmara Municipal quanto à colocação de um ecoponto de grandes dimensões;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para responder à interpelação da Senhora Deputada Maria Cristina Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Uma vez esgotado o tempo destinado ao ponto um do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado, e determinou a interrupção dos trabalhos, por um período de quinze minutos.-----

----- Retomados os trabalhos, e constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, desde logo, a apresentar o ponto dois período da ordem do dia: *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Município de Anadia, para o ano dois mil e vinte (2020), de acordo com o estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA".-----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto.-----

----- No período destinado à apreciação e discussão do mesmo, intervieram:-----

----- - o Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, que passou a apresentar uma nota introdutória relativamente ao orçamento de dois mil e vinte e às Grandes Opções do Plano; começou por salientar que os documentos apresentados espelham a estratégia e missão à qual o município se responsabiliza, com toda a transparência e informação, para que o objetivo do desenvolvimento do concelho seja incremental, e que a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes seja crescente; não deixou de constatar a ausência do orçamento de estado, que pudesse indicar o valor correspondente a transferências entre Estado e Municípios, e preparar o caminho para a receção da transferência de competências, por imposição, em dois mil e vinte e um, variantes que poderão condicionar a previsão em futuro muito próximo, sem esquecer o final de um quadro comunitário de apoio e a negociação para um novo; destacou, também, algumas rubricas das Grandes Opções do Plano, que sublinhou preconizarem uma atenção às famílias, aos cidadãos e novas áreas económicas, e valorizou o montante global atribuído a várias rubricas que espelham a segurança e a sua natureza existencial; não deixou de felicitar as solicitações e reparos tidos em especial da bancada do PCP, oportunamente ouvidos em sede de audiência dos grupos da oposição, uma vez que os restantes se limitaram nos desígnios das festas e acontecimentos culturais de interesse local, em detrimento dos de interesse global municipal; concluiu pela clareza dos documentos na sua abordagem às famílias, aos cidadãos e às suas múltiplas necessidades, respeitando os recursos existentes e disponíveis, de forma a que os índices sociais, ambientais e de sustentabilidade sejam cada vez mais positivos;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que começou por colocar uma questão relacionada com o valor de investimento realizado em infraestruturas nas Zonas Industriais, questionando se o relatório de contas faria um reflexo efetivo do valor gasto na rubrica de infraestruturas nas Zonas Industriais, que lhe permitisse confirmar, no futuro, o investimento nessa rubrica, ou o que teria acontecido com a questão da eficiência energética, porquanto se era no âmbito da iluminação, como é que tinha sido feita e nada aparecia;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que passou a esclarecer a questão colocada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para exercer o direito de resposta, começando por esclarecer que a questão exposta tinha a ver com as propostas que eram apresentadas no documento, e ver da sua concretização, concretização essa que considera dever constar da rubrica respetiva; esclareceu, em complemento, que existindo uma rubrica "eficiência energética na iluminação pública" não compreende por que motivo o que é feito em termos de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iluminação pública não é afeto a essa rubrica, acrescentando que não estava a colocar em dúvida que tenha sido feito, mas necessitaria perceber se o compromisso futuro sobre as iniciativas/prioridades que a Senhora Presidente inscrevia para desenvolver em benefício do desenvolvimento económico e social do concelho se iriam ser executadas, ou não; não deixou de sublinhar que as prioridades e a preocupação do PCP muito provavelmente iriam ao encontro das da Senhora Presidente da Câmara Municipal, em determinadas matérias, contudo, referiu não perceber como a cultura, em termos de GOP, tem um peso superior ao somatório de rubricas como a indústria, com outras opções económicas e com a agricultura; teceu, ainda, um comentário quanto à rubrica correspondente a requalificação e instalações de atividades económicas, que passou a constatar dos documentos em dois mil e dezoito, mas com um valor zero, apesar de ter sido antecipado que o valor de receita da derrama reverteria para essa mesma rubrica; em conclusão, disse que gostaria de perceber se os objetivos propostos inicialmente foram cumpridos, e, se não, porquê;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer as questões expostas pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-----

----- - o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que começou por dizer que não iria falar muito do orçamento, por considerar tratar-se de uma troca de valores entre rubricas, tendo passado a elencar um conjunto de indicadores de comparação relativamente aos concelhos de Anadia, Oliveira do Bairro, Águeda, Mealhada, Cantanhede, Vagos e Ílhavo, no período compreendido entre dois mil e um e dois mil e dezassete, designadamente em termos de: população residente; número de eleitores; percentagem de jovens até quinze anos; idosos com mais de sessenta e cinco anos; quanto ao índice de envelhecimento de idosos por cada cem jovens; nascimentos; sociedades constituídas em dois mil e dezassete; saldo natural (diferença entre nascimentos e óbitos); bancos e caixas multibanco; rácio entre população residente e pessoal ao trabalho de empresas não financeiras; explicou tratar-se do espelho estatístico de alguns dos rácios e indicadores do período compreendido entre dois mil e um e dois mil e dezassete, porquanto ainda não existem elementos disponíveis para consulta quanto aos anos dois mil e dezoito e dois mil e dezanove; reiterou que, em termos de procura de estágios por arte das empresas, Anadia, juntamente com Vagos, é dos concelhos em que essa procura é menor; não deixou, também, de constatar uma diminuição do montante afeto à rubrica "indústria e energia", comparativamente a dois mil e dezanove, defendendo, para o efeito, que seria necessária uma aposta firme na parte da indústria para poderem dar a volta ao cenário apresentado; notou, ainda, em termos de acumulado entre dois mil e dezoito/dois mil e vinte, e de acordo com o que se encontrava orçamentado, um diferencial de mais de dois milhões de euros, entre a receita corrente e a despesa corrente, o que, em sua opinião, constitui motivo de preocupação, na medida em que diminui, cada vez mais, a capacidade de investimento do Município; por fim, e nesse enquadramento, assinalou o aumento exponencial de gastos com pessoal, entre dois mil e quinze e dois mil e vinte, de dezassete vírgula oito por cento (setecentos e cinquenta e cinco mil



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros), e entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte, um aumento de dezasseis vírgula nove por cento, concluindo que tal aumento se espelharia nos tempos atuais, e no futuro, a continuar o aumento da despesa corrente, seria motivo de preocupação;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que recuperando a questão das empreitadas, antes mencionada, sublinhou a importância de perceberem que uma empreitada engloba um conjunto de atividades diferentes, pelo que não poderia haver repartição de custos por distintas rubricas; comentando a intervenção concretizada pelo Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, nomeadamente quanto à referência ao período compreendido entre dois mil e um e dois mil e dezassete, recordou que, daqueles dezasseis anos, treze tinham sido de governação PSD, pelo que antecipou que seria interessante que o Senhor Deputado tivesse recorrido aos orçamentos e aos valores de execução orçamental que todos os anos tinham sido rebatidos pela oposição até dois mil e treze, e não fosse buscar dois mil e um para determinadas coisas e depois de dois mil e treze para outras; sublinhando a necessidade de serem coerentes, recordou que, nessa coerência, tinha aprovado, desde mil novecentos e noventa e sete, todos os orçamentos que passaram pela Assembleia Municipal, concluindo que assumiria, em qualquer partido ou como independente, as votações e os resultados; disse que agradecia, em nome da Assembleia, que quando falavam de determinadas matérias tivessem a capacidade de usar de coerência em todas as situações, afirmando, ainda, a terminar, que gostaria que os dados apresentados pelo Senhor Deputado fossem os corretos;-----

----- - o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que começou por dizer que a sua mensagem tinha sido mal interpretada, porquanto tinha apresentado elementos fidedignos, com um espírito construtivo, e nunca destrutivo, nem muito menos de denegrir a imagem de quem quer que fosse, como lhe parecia que tinha sido depreendido; afirmou, também, que os valores que destacou eram retirados da análise dos documentos previsionais que tinham sido disponibilizados, e salientou que o objetivo da sua intervenção era deixar alertas, perante o que os números espelhavam, adiantando nunca ter sido com o sentido de dizer que a Senhora Presidente estaria a governar mal a Câmara Municipal; reforçou que os números apresentados deveriam constituir motivo de preocupação, quer para o presente como também para o futuro, pelo facto de a capacidade de investimento da Câmara Municipal estar cada vez mais reduzida;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que, suportando-se das palavras proferidas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, de que a elaboração dos documentos em apreciação não previa algumas verbas, por desconhecerem as receitas a constar do Orçamento de Estado para dois mil e vinte, que ainda se encontrava em fase de produção, sublinhou o facto de o processo ser clarividente, de inteligência, que não reproduziu ações do passado, em que se previam determinadas verbas, que depois tinham uma percentagem reduzida de execução; não obstante, referiu que a Câmara Municipal acabaria sempre a ser criticada por querer apresentar documentos o mais próximo da realidade possível;



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitou para recordar que aquelas questões não tinham sido levantadas pela oposição em sede de discussão no Executivo, e antecipou alguma curiosidade em saber qual seria o sentido de votação do Grupo Municipal do PPD/PSD, uma vez que se a oposição no Executivo não tinha manifestado qualquer questão contra os documentos; a finalizar, não deixou de destacar, ainda, que os orçamentos dos últimos anos concluíam que a sua execução vinha sendo cada vez maior, o que queria dizer que estavam cada vez mais próximo da realidade;-----

----- - o Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para reiterar que tinha elencado todos aqueles indicadores com um espírito meramente construtivo; transmitiu, também, que considera relevante a diminuição do investimento na área da indústria e energia, na ordem dos trezentos e quarenta e cinco mil euros, pelo que, perante o panorama exposto, defendeu que esse investimento deveria ser muito superior;-----

----- - o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que sublinhou o facto de o orçamento se tratar de um documento estratégico e político, acima de tudo, custando-lhe, por isso, ouvir dizer que o mesmo não passa de uma troca de valores entre rubricas; a propósito dos indicadores, referiu que se poderia suportar das estatísticas que entendesse para valorizar o concelho, apresentando, como exemplo, as tarifas de RSU e água praticadas em Anadia comparativamente a concelhos vizinhos; sobre a comparação estabelecida entre a receita e a despesa correntes, referiu que outras conclusões poderiam ser retiradas, e não deixou de constatar que o Senhor Deputado Victor Tavares não tinha feito menção à redução da despesa de capital, em dois milhões trezentos e sessenta mil euros, concluindo, nessa constatação, que cada um olhava para os documentos como entendia; mencionou, a terminar, que poderiam ainda verificar, dos dezasseis rácios da receita, da despesa e da dívida, um decréscimo na sua grande maioria, e se algum colocaria em causa a estabilidade ou vida financeira do Município;-----

----- - a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, que começou por solicitar dois esclarecimentos da parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, a saber: disse pretender perceber os motivos subjacentes à diminuição verificada na rubrica referente à comparticipação de despesas com medicamentos; sobre a rubrica do benefício de incentivo à natalidade, constatou um aumento exponencial, de dez mil euros, para oitenta mil, perguntou se tal se deveria a um ajustamento face ao ano anterior, ou se existiriam outros fatores que justificassem a situação; entretanto, passou a apresentar algumas considerações resultado da análise dos documentos: felicitou o Executivo pela redução da dívida, afirmando que tal contribuiria, certamente, para o equilíbrio e estabilidade das contas do Município; destacou a satisfação quanto à intenção de intervenção no Centro de Saúde de Anadia, uma necessidade já assinalada pelo CDS, recordou, adiantando esperar que a mesma não transitasse para o orçamento de dois mil e vinte e um; sobre as transferências para as Freguesias, e face à proximidade das mesmas com os cidadãos, transmitiu que o valor dotado poderia ser mais elevado, o que permitiria agilizar determinadas situações, e contribuir para uma célere resposta às necessidades dos cidadãos; não obstante o aumento assinalado no investimento quanto a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resíduos sólidos, meio ambiente e natureza, considerou que o mesmo ficava aquém do que entendem por necessário; quanto a resíduos sólidos, defendeu que o Município deveria investir numa gestão mais eficiente, para evitar que os contentores se apresentem repletos de lixo, assim como lixo no chão junto aos mesmos; constatou, ainda, que os ecopontos existentes no concelho se mostram ainda em número insuficiente para satisfazer as necessidades, concluindo, sobre a matéria, que Anadia continua sem dispor, em dois mil e vinte, de um ponto de recolha de biomassa, o que faz com a mesma seja depositada em contentores, juntamente com o lixo comum, sublinhando, por isso, a necessidade de maior investimento nessa área; no atinente à rubrica de abastecimento de água, uma das maiores preocupações do CDS, reiterou que a mesma deveria constituir uma prioridade do Município, independentemente das diversas opiniões quanto à nocividade causada pela presença de fibrocimento nas condutas, por consubstanciar uma questão de saúde pública; nessa constatação, notou que o valor da rubrica era superior ao do ano anterior, mas, ainda assim, longe do desejado, apesar de reconhecer o investimento e o trabalho contínuo desenvolvido pelo Município nessa área, que tem contribuído para evitar os desperdícios de água; denotou, ainda, um baixo investimento no turismo, na promoção das freguesias da serra, acrescentando que as zonas de barragem se encontram em decadência, a necessitar de requalificação, e que continuam a aguardar pelos percursos pedestres; por fim, e no atinente à área empresarial, constatou que o documento em apreciação refletia uma diminuição de investimento relativamente ao ano anterior;-----

----- - o Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para comentar as opções da maioria MIAP, começando por transmitir que deveria ser feito um *forcing* junto das entidades que fiscalizam para evitar que aquilo que poderia ser o *ex libris* das fronteiras - o Espumante -, acabe por ser espezinhado, ao ser vendido a martelo nos hipermercados, e sendo Anadia conhecida como Capital do Espumante, concluindo, assim, que a atividade económica do Município, nesse ponto, deveria ser mais protegida; quanto à rubrica da segurança rodoviária, com uma dotação exígua, disse pretender que a mesma constituísse opção da Câmara Municipal, para evitar mais episódios como os que ocorrendo no Município, e com tendência a agravar-se, mantendo-se o valor da rubrica; questionou, também, a opção na colocação de um monumento tão dispendioso, que descaracteriza a traça arquitetónica da Curia, outro *ex libris* do concelho, em especial na rotunda Dr. Luis Navega; falando do binómio taxas versus qualidade, constatou que o valor a aplicar em tratamento de pequenas fugas de água é excessivo, e em nada melhora a sua qualidade, resultando, como consequência, em um aumento enorme de tarifas; concluiu que, dessa forma, deixa de ser consumida água potável em Anadia, e que gostaria que tivessem água com qualidade, a um preço excelente, o que não vem acontecendo, porquanto atualmente paga-se mais de taxas do que propriamente de consumo de água; sublinhou, ainda, a exiguidade dos apoios a instituições de solidariedade social do concelho, e que muitas requalificações são desnecessárias; como resultado, afirmou, aquilo que poderia ser bom em termos de redução de capital acaba por ser pior, se a seguir se vai pedir um empréstimo de um milhão e meio de euros; lamentou, a terminar, o facto de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas doze bolsas de estudo terem sido atribuídas a estudantes do ensino superior, defendendo que seria bom que a opção da Câmara Municipal fosse de chegar às pessoas com situações concretas, porquanto os números fazem parte de rubricas, que variam, e as pessoas não entendem a opção;-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que começou por esclarecer que tinha feito referência aos relatórios de contas em consequência da alusão feita pela Senhora Presidente às Zonas Industriais para dois mil e catorze; partilhando da opinião de que o documento em discussão consistia em um conjunto de intenções políticas, aproveitou para constatar, da análise do mesmo nesse âmbito, a existência de um conjunto de obras que transitava sistematicamente de exercício em exercício; em termos de novidades, disse resumirem-se ao Parque de Vila Nova de Monsarros e à questão da Rua do Comércio, em Sangalhos; em relação às prioridades assumidas pelo Executivo no âmbito do orçamento para dois mil e vinte, constatou uma diminuição em diversas rubricas, como requalificação e beneficiação de caminhos florestais, serviço municipal de proteção civil, apoio no investimento dos Bombeiros e apoio social às famílias; já em termos de outras funções económicas, vitais para o desenvolvimento do concelho, constatou que os valores das apostas se diluem ou diminuem, nomeadamente nos apoios municipais ao empreendedorismo e no concurso ideias de negócio, o que também acontece com o saneamento; no que ao abastecimento de água diz respeito, apresentou uma questão à Senhora Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se as obras nos depósitos de Óis do Bairro e de Vilarinho do Bairro já se encontrariam contempladas no valor previsto naquela rubrica, e se teria ideias de contemplar, a curto prazo, os depósitos de Aguim;-

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que comentou e esclareceu as considerações e questões expostas nas anteriores intervenções, concretizadas, respetivamente, pelo Senhor Deputado Victor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, pelo Senhor Deputado João Castelo Branco, também do Grupo Municipal do PPD/PSD, e pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP;-

----- - o Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para exercer o direito de resposta, argumentando e reforçando as questões apresentadas na sua anterior intervenção;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para tecer dois comentários relativamente a intervenções anteriormente concretizadas, por parte do líder do Grupo Municipal do MIAP, e do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, também do Grupo Municipal do MIAP; quanto ao primeiro, afirmou que, não obstante o que possa pensar, os elementos do PPD/PSD são independentes nas opiniões e nos conceitos; sobre o comentário do Senhor Deputado José Manuel Carvalho, recordou que a ideia de que os orçamentos eram uma mudança de valores entre rubricas tinha sido apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em reposta a uma intervenção do Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, e não pelos Senhores Deputados Victor Tavares ou Rui Bastos;-----

----- - o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para registar que tinha sido afirmado por um Deputado que se vendia espumante a martelo, produzido em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia, nos hipermercados de Anadia, ainda que as instituições tenham de obedecer a regras para vender vinhos com denominação vinho espumante; aproveitou para apresentar alguns números, reconhecendo um decréscimo nas funções económicas e nas funções gerais, mas não deixando de realçar um aumento nas funções sociais; em relação ao turismo, aproveitou, também, para notar os números que tinham sido publicados pela Entidade Região de Turismo do Centro quanto a dormidas nos concelhos da região e do distrito de Aveiro; recordando as afirmações proferidas pelo líder do Grupo Municipal do PPD/PSD, aquando da votação dos documentos previsionais para dois mil e dezoito, que decorreu na sessão realizada no dia vinte e um de dezembro de dois mil e dezassete, de que o PSD tinha votado de maneira diferente e o que os afastava do orçamento eram as opções, que as opções do PSD eram manifestamente opostas, e que iriam dar uma hipótese e no próximo orçamento reveriam a posição, se efetivamente as coisas decorressem como a Senhora Presidente tinha afirmado, e que teria a aprovação do PSD se cumprisse grande parte das coisas faladas, lançou um desafio ao líder do Grupo Municipal do PPD/PSD, e aos seus colegas, se iriam fazer jus e prova daquilo que tinham afirmado há dois anos atrás;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para exercer o direito de resposta, esclarecendo que não se esquecia das palavras que proferia, acrescentando que as suas opções eram outras, mas não tinha de dizer quais eram, nem necessariamente de fazer contrapoder, e que quando dizia que dava o benefício da dúvida à Senhora Presidente da Câmara Municipal era porque respeitava as suas opções; aproveitou para referir que um movimento poderia exercer política, mas não era político por não ser partido algum; acrescentou que tudo o que vinham apresentando eram opiniões, pelo que se impunha o respeito mútuo e o respeito pelas ideias uns dos outros, porque, concluiu, o que defendiam ali eram ideias;-----

----- - o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para exercer o direito de resposta, apresentando a sua opinião relativamente às palavras proferidas pelo Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que exerceu o direito de resposta relativamente à intervenção imediatamente precedente;-----

----- - o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que, relativamente às afirmações feitas pelo Senhor Deputado João Castelo Branco, do Grupo Municipal do PPD/PSD, aproveitou para apresentar um esclarecimento sobre o amianto e o seu efeito, concluindo que o amianto constitui problema quando está no ar e quando é respirado pelas pessoas; aproveitou, ainda, para recordar que estavam a apreciar documentos previsionais para um ano que adiantou antever difícil, perante um quadro em que ainda não existia Orçamento de Estado, de uma absoluta incerteza quanto aos quadros de apoio da Comunidade Europeia para os anos seguintes, e sem acordo na Comissão Europeia quanto às opções e à solidariedade entre Estados; nessa constatação, concluiu que via na proposta da Câmara Municipal uma contenção totalmente compreensível e, também, aconselhável, e que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estavam perante opções realistas, as quais esperaria poderem ser reforçadas com verbas provenientes do Orçamento de Estado e do novo quadro comunitário de apoio;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que aproveitou para esclarecer a origem da palavra política e a definição de ciência política nos regimes democráticos, concluindo nada ter a ver com partidos;-----

----- - o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para exercer o direito de resposta, esclarecendo as palavras que tinha proferido na sua intervenção anterior;-----

----- - o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para solicitar ao Senhor Deputado João Gaspar para ouvir a sua anterior intervenção;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, e para acrescentar algumas informações relativamente ao documento em apreciação;-----

----- - o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que aproveitou para agradecer a forma acesa, mas também esclarecedora do debate daquele ponto.-----

----- Concretizada a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a última no âmbito da discussão do ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal de Anadia, no uso da competência estabelecida na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -, deliberado aprovar a proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e vinte (2020), que se dá como transcrita, encontrando-se cópia em anexo ao livro de atas, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dois votos contra, do Senhor Deputado Municipal do PCP e da Senhora Deputada Municipal do CDS-PP, e quatro abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Filipa Cardoso Tomás, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, e o Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do MIAP.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que passou a apresentar a declaração de voto que se transcreve na íntegra:-----

----- “Os Deputados eleitos para a Assembleia Municipal de Anadia, abaixo assinados, pelo MIAP, encontram nos Documentos Previsionais e no Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e vinte uma imagem da estratégia de desenvolvimento societal prometida, mantendo a sustentabilidade das contas municipais sem perda de competitividade local, e simultaneamente, o compromisso para com o pilar do bem estar da população e do nosso meio empresarial. Há uma redução orçamental previsional, no valor de um milhão, quinhentos e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trinta e quatro mil e setecentos euros, onde se destaca, para os mais distraídos, a redução da despesa de capital, no valor de dois milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e doze euros. Apesar de haver uma redução das receitas correntes, no valor de um milhão, trezentos e dezassete mil, quinhentos e quarenta euros, a estrutura das rubricas que as compõem é semelhante, assim como a estrutura das receitas de capital. Daqui resulta o consequente equilíbrio das contas. Mantém-se, igualmente, o cuidado tido em passo recente nas Grandes Opções do Plano, quanto à sua participação e explicitação nas aplicações e verbas a atribuir, conservando-se a seriedade e transparência de valores, predicados sempre apreciados por todos os agentes locais e regionais. Destacam-se aqui, os valores percentuais das rubricas de Cultura, Transportes Rodoviários, Turismo, Serviços Auxiliares de Ensino e Ordenamento do Território. Com estas assunções, respeitam-se todos os agentes privados e públicos, individuais e coletivos. Enaltece-se, neste momento, a solidariedade das Juntas de Freguesia que, apesar de verem o valor das suas transferências diminuir em cerca de sete por cento, veem aumentado o seu peso nas rubricas das GOP. Assume-se que os Acordos de Execução e Acordos Pontuais de obras são para preservar, numa previdência e equitativa estrutura, o que valoriza e protege sempre os seus residentes e os autarcas locais. Aplaudimo-las a todas por este exemplo de sobriedade. De realçar a manutenção quase invisível da reforma fiscal às empresas e famílias via taxas de Derrama e IRS. Todas as taxas se encontram, mais um ano, nos valores mínimos, o que corresponde a um ambiente favorável para o investimento e inovação. Resta-nos felicitar a coragem do Executivo em apresentar estas previsões de forma prudente e justificada. É sempre difícil fazê-lo num ambiente de incerteza orçamental nacional, de encerramento de mais um quadro comunitário, e de imposição de delegação de competências num futuro muito próximo. Tudo isto representa bem o esforço do Município em estar perto dos seus cidadãos, e das suas expectativas e necessidades, e das empresas, numa envolvente responsável e exigente. E uma vez que a realização destes documentos compete, na sua génese e responsabilidade, ao Executivo em exercício, nós, enquanto Deputados eleitos pelo MIAP, comprometemo-nos a continuar a fiscalizar e a avaliar o descrito e proposto de forma exaustiva, quer política quer tecnicamente. Por todos os motivos expostos e plasmados, o nosso sentido de voto foi favorável a esta aprovação.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que apresentou a declaração de voto que se passa a transcrever na íntegra:-----

----- “O presente orçamento para dois mil e vinte e toda a documentação que o acompanha são, e verdade lhe seja feita, uma continuação do exercício anterior. O desempenho que tem vindo a ser realizado pelo Executivo parece-nos de algum modo distante do fulgor que seria de esperar de quem tem a maioria. Os projetos de realização para dois mil e vinte resumem-se, na sua quase totalidade, ao Parque Urbano de Anadia, obra que se tem vindo a tornar, aos poucos, numa obra de regime, e sobre a qual se desconhecem os encargos futuros. Desconhece-se um plano para a renovação da distribuição de água à população, qual o desempenho dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transportes fornecidos ao concelho, e o plano de turismo apresentado em ano eleitoral continua sem ver a luz na página do Município. Acresce a que o crescente aumento das despesas com pessoal parece não corresponder em melhor serviço prestado. Aguardamos a prestação de contas relativas ao ano corrente com alguma preocupação. A diminuição das receitas, da população e do crescimento industrial numa fase em que a descentralização nos surge como um futuro sem retorno, e, conseqüentemente, um salto para o desconhecido, que obrigará a encargos e uma reorganização administrativa, para o qual o Executivo nos parece não se está a preparar. O nosso voto de abstenção é um aviso que deixamos ao Executivo quanto às opções políticas seguidas pelo Executivo no orçamento. Oxalá o nosso pessimismo não tenha razão de ser, pois isso significaria que o Executivo tomou em boa conta as nossas preocupações.”-----

----- Apresentada a declaração de voto do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que concretizou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Este Orçamento não corrige, de grosso modo, as opções que levaram o PCP a votar contra os Documentos Previsionais para dois mil e dezanove, justificado aquando da sua proposta em Assembleia Municipal. Mais uma vez o PCP não se revê nas prioridades de investimento que o executivo apresenta, deparando-se com um documento que indicia uma certa falta de vontade em cumprir as promessas políticas que sucessivamente são apresentadas. Uma estratégia delineada à imagem do que tem vindo a suceder em orçamentos anteriores, com a inclusão de obra que, exercício após exercício, se vem eternizando como proposta. Por outro lado, continua a não ser possível vislumbrar as preocupações políticas e orçamentais que seriam de esperar nas linhas de desenvolvimento estratégico definidas para a autarquia. Opções que deveriam ser reformuladas para ir ao encontro das orientações políticas e fiscais apresentadas e resultantes do intenso debate político que decorreu nos últimos anos pela promoção de um orçamento possível e desejável de desenvolver, ainda mais, o concelho. O PCP entende que as orientações apresentadas se poderão configurar num erro que trará maiores dificuldades à consecução das políticas essenciais para um desenvolvimento económico e social sustentado, tão necessário para o concelho. Neste orçamento é tomada a opção de atribuir os valores mais baixos desde dois mil e dezasseis a importantes rubricas nas Grandes Opções do Plano (GOP), como é o caso da Proteção civil e luta contra incêndios, Saneamento, Indústria e Energia, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca. Medidas para áreas como a habitação social, a preservação do património, conservação da natureza e preservação do ambiente, requalificação de Zonas Industriais, caminhos rurais, e até a própria água, continuam a revelar-se insuficientes, sem que na maioria deles se procure atenuar de forma substancial a diferença entre o valor inscrito orçamento após orçamento, e o declarado como realizado (conforme é possível observar pelos Relatórios de Contas dos respetivos anos). E, infelizmente, constatamos pelo peso das principais rubricas nas GOP que enquanto 16,72% do orçamento para as opções reverte para a Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, apenas 16,02% são alocados ao Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos, Saneamento e Proteção do Ambiente e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Conservação da Natureza. A Cultura, por si só (com um peso de 7,03%), excede o valor destinado ao conjunto das rubricas tão importantes como Indústria e Energia, Outras Funções Económicas, Mercados e Feiras e Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca. É o tipo de opções com as quais o PCP não poderá concordar. Como agravante, é sintomática uma excessiva centralização de recursos e investimento que poderiam abranger mais todo o concelho. Chega a ser paradoxal esta ânsia em projetar Anadia como capital de algo perante a apresentação de um orçamento de 20 milhões, que não se afigura capaz de fazer face aos problemas mais básicos espalhados pelas freguesias. Desafiara qualquer razão lógica a escolha de certos investimentos para os quais não se descortina um retorno ou utilidade, em vez de uma aposta clara em melhorar zonas mais carenciadas, esquecidas ao longo dos anos. É exemplo disso o tratamento da zona serrana e outras zonas mais afastadas da sede do concelho, ambas a carecerem de um maior investimento em caminhos rurais, saneamento básico, ramais de abastecimento de água, requalificação de caminhos florestais, requalificação de acesso às barragens para abastecimento de água por parte de viaturas de combate a incêndios florestais. Zonas onde a luta contra a desertificação exige que se implementem mais medidas concretas. Apesar de aumentar o total da despesa para a aquisição de bens e serviços, a contenção, apesar de ligeira, acaba por abranger as transferências correntes para as freguesias, merecedoras de especial atenção pelo serviço de proximidade que prestam. A contrapor, assistimos a um total descontrolo na contenção de algumas despesas que, ano após ano, têm aumentado: caso das comunicações, da Limpeza e Higiene, Seminários, exposições e similares, e também a Publicidade, entre outras. Enquanto membro deste órgão representativo, fiscalizador e deliberativo do Município, na minha perspetiva, este orçamento não garante a prossecução e salvaguarda dos interesses da população do concelho de Anadia, nem entendo que seja apresentado ajustado à realidade do Município de Anadia. Por tais motivos, o PCP não pode votar de outra forma senão contra, atribuindo deste modo total responsabilidade ao executivo pela estratégia de continuidade delineada.”-----

----- Também para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP. A declaração tem o teor que se passa a transcrever na íntegra:-----

----- “Por tudo o que já foi exposto, e sem necessidade de mais considerações, o CDS decidiu votar contra por entender que se trata, uma vez mais, de um orçamento que se encontra distante daquilo que consideramos ser prioritário para o concelho. Temos dado o benefício da dúvida, mas, de facto, continua na mesma linha, a não dar prioridade àquilo que, na nossa perspetiva, merece, não esquecendo que grande fatia orçamental, afinal de contas, não chega, muitas das vezes, sequer, a ser concretizada.”-----

----- Apresentadas as declarações de voto relativas ao ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado, e, perante aquelas declarações, aproveitou para retirar o agradecimento que tinha feito por um debate aceso e clarificador, admitindo que afinal não tinha sido clarificador, na medida em que a decisão já



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava tomada, tendo-se revelado, por isso, indiferente qualquer esclarecimento.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto três do período da ordem do dia: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 1, e no n.º 4, ambos do artigo 3.º, do RAMA"*.-----

----- Apresentado o assunto inscrito no ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto.-----

----- No período destinado à apreciação e discussão do mesmo, interveio:-----

----- - o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, tendo perguntado a que se devia a escolha do prazo de quinze anos previsto para o empréstimo de médio e longo prazos;-----

----- - a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu à pergunta apresentada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal de Anadia, no uso da competência estabelecida na alínea f), do n.º 1, e no n.º 4, do artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea f), do n.º 1, e n.º 4, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, que se dá como transcrita, encontrando-se cópia em anexo ao livro de atas, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, zero votos contra, e seis abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado Municipal do PCP e da Senhora Deputada Municipal do CDS-PP. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Filipa Cardoso Tomás, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT.-----

----- Anunciado o resultado da votação do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a apresentar o ponto quatro do mesmo período: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município de Anadia, nos termos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro"*.-----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No período destinado à apreciação e discussão do mesmo, não foi apresentado qualquer pedido para intervir, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal de Anadia deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, como auditor externo para proceder à revisão legal das contas do Município de Anadia, nos termos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que se dá como transcrita, que se dá como transcrita, encontrando-se cópia em anexo ao livro de atas, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Filipa Cardoso Tomás, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT.---

----- Anunciado o resultado da votação do ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aprovar em minuta as deliberações a que se referem os pontos dois, três e quatro, do período da ordem do dia, da sessão ordinária do dia doze de dezembro de dois mil e dezanove.-----

----- Submetida à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, de aprovação em minuta dos pontos dois, três e quatro, do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Na altura da votação, não se encontravam na sala o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Filipa Cardoso Tomás, ambos do Grupo Municipal do PPD/PSD, e a Senhora Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT.-----

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia.-----

----- Desde logo, deu início ao período de intervenção do público, nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA, não tendo havido qualquer intervenção nesse período.-----

----- Antes de dar por terminada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para expressar votos de um feliz natal e de um ano novo mais inspirador.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos, e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia

